

EDSON CARVALHO VIDIGAL*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

“DEVO CONFESSAR QUE NÃO VOTEI NO PRESIDENTE LULA”

O ministro Edson Carvalho Vidigal acaba de assumir a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para um mandato de dois anos. É graduado em Direito pela Universidade de Brasília. Fez também diversos cursos de pós-graduação. Desenvolve intensa atividade como professor, lecionando Direito Penal e Direito Eleitoral na UnB, dando aula também na Escola Superior da Magistratura do Maranhão, seu estado natal e onde é membro da Academia Maranhense de Letras. Na vida pública o ministro Vidigal ocupou funções nos três poderes, tendo ainda desenvolvido intensa atividade jornalística, trabalhando como repórter em vários órgãos da imprensa brasileira. À frente do STJ, Edson Vidigal tem diversos planos para agilizar os trabalhos do Superior Tribunal. Nesta entrevista para *O Magistrado*, o ministro fala sobre a reforma do judiciário, governo Lula, tráfico de drogas no Rio e outras temas palpitantes.

O Magistrado - Recentemente o STJ passou a funcionar em período integral. Outras medidas estão a caminho para melhorar o atendimento ao público?

Ministro Vidigal - Sim, outras medidas estão a caminho. Nós estamos investindo num ambicioso projeto de modernização que passa pela informatização completa de nossos serviços. E isso não significa, apenas, instalar computadores que acabam funcionando como editores de texto mas, sim, a utilização abrangente de todas as ferramentas disponíveis na área da informática. Nossa primeira providência será unificar a linguagem dos tribunais através dos seus sistemas de informática para que possamos atender melhor aos cidadãos. Dentro desse projeto, vamos investir, também, na certificação digital, que dará

¹ Entrevista concedida à revista “O Magistrado”.

autenticidade ao documento produzido na esfera do Judiciário, e a assinatura eletrônica, que irá agilizar o trabalho dos magistrados eliminando a atual necessidade de assinar pilhas de papéis. Além disso já estamos estudando uma forma de dar conhecimento prévio aos julgadores dos processos que estão na pauta de suas turmas, o que reduzirá a possibilidade de pedidos de vista e evitará discussões mais amplas, para que não se perca tempo nas sessões. Tão logo se proclame o resultado, o advogado já sairá com a certidão do julgamento, a informação será prestada em tempo real no nosso site e, à noite, entrará no Diário de Justiça *On line*, que será igual ao Diário Oficial só que virtual e não em papel. Assim, a partir de zero hora começa a contar o prazo para os eventuais recursos. Tudo isso, nós pretendemos implantar no primeiro ano da nossa gestão e, se conseguirmos, estaremos dando um grande salto no combate à morosidade do Judiciário e sempre que nós combatermos a morosidade estaremos ajudando na melhor prestação do serviço ao jurisdicionado.

O Magistrado - Inevitavelmente, temos que tocar na questão da reforma do Judiciário que o senhor já se declarou a favor. O que ela trará benefícios para tribunais e juizes?

Ministro Vidigal - A reforma do Judiciário como mudança formal na Constituição, na letra da lei, não trará qualquer alteração se nós não estivermos estruturados para implementar essas medidas constitucionais e legislativas. Então, é isso que nós estamos atacando em nossa proposta de modernização.

O Magistrado - Como analisa o argumento de muitos magistrados de que a Súmula Vinculante engessa o raciocínio jurídico?

Ministro Vidigal - O que engessa o raciocínio jurídico é o acúmulo de processos que obriga o juiz a resolver milhares de questões sem tempo suficiente para isso. Ora, se uma decisão já foi tomada depois de percorrer todos os trâmites e ela repetidamente, por 10, 15 vezes,



teve a mesma solução porque tratava-se de um caso igual, porque tentar inventar a roda, se nós sabemos que na outra ponta a decisão será a mesma? Então, sumula-se e aplica-se a súmula. É dessa forma que os juízes vão se desengessar e terão tempo para pensar, filosofar, para se deter em processos mais importantes cujas causas são unas, únicas, que dependem da análise e decisão do magistrado e que não fazem parte da grande bacia das causas repetitivas.

O Magistrado - O senhor apóia o Conselho Nacional de Justiça, opinião que contraria muitos juizes. O que acha da idéia de se formar um conselho composto apenas por magistrados?

Ministro Vidigal – Isso vira reunião de coleguinhas onde não acontece nada. Essa prática só favorece o corporativismo, a cumplicidade e isso não é bom. É importante que nós trabalhemos com absoluta transparência. Eu sou contra reuniões em conselho, ou seja, reunir a corte com portas fechadas, porque a população tem o direito de saber tudo. Na minha opinião, quanto maior for a transparência, maior a compreensão, maior será o respeito e, nesse momento, o que nós precisamos é do respeito do povo brasileiro.

O Magistrado - Defende a criação de uma escola de ensino superior para formar magistrados?

Ministro Vidigal- Claro. Embora Noel Rosa tenha dito que samba não se aprende na escola, eu acho que para ser juiz é preciso ir para o colégio. Não basta sair da Faculdade de Direito, tirar a carteirinha da OAB, estudar e passar num concurso. O Judiciário precisa que seus magistrados se mantenham num nível elevado de atualização para que eles possam enfrentar, a cada dia, as novidades do direito e da sociedade. Nós magistrados, precisamos, a cada dia, enfrentar o novo que surge e que não pode nos encurralar ou intimidar. A Escola Nacional da Magistratura cuidará não só de uma eficiente preparação dos candidatos a magistrado, como manterá, através de cursos, a atualização dos juizes em cada setor que eles estiverem operando.



O Magistrado - Como avalia o governo do presidente Lula?

Ministro Vidigal- Essa avaliação eu teria que fazer como cidadão e como eleitor. Embora o voto seja secreto, eu devo confessar que não votei no presidente Lula e por isso estou muito mais à vontade para falar como cidadão. Eu acho que nós não devemos perder a fé. Do momento em que ele foi diplomado e empossado, ele se tornou o chefe da nação, o chefe do estado. Ele é o presidente de todos os brasileiros, está investido de poderes constitucionais que devem ser respeitados e nós precisamos dar apoio a todas as suas ações porque na minha cabeça não passa a hipótese de alguém ir para a Presidência da República para conspirar contra o povo brasileiro, ao contrário, quem chega lá está imbuído das melhores intenções e esse é o caso, evidentemente, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A própria história do presidente Lula mostra que ele está voltado para suas raízes, para atender às aspirações da grande maioria dos que não têm voz, a grande maioria dos que não têm vez, a grande maioria dos que estão por aí sem emprego. Ocorre que nem sempre, para quem está no poder, querer é poder e, por isso, é importante que nós nos juntemos na mesma fé, no mesmo apoio institucional, porque só assim as nossas instituições democráticas podem se afirmar e o nosso país pode prosperar.

